

## O DISCURSO DO ALUNO SOBRE GRAMÁTICA

*Verônica M<sup>a</sup> Kamel de Oliveira*<sup>\*</sup>  
*Maria Ester Vieira de Sousa*<sup>\*\*</sup>

Analisar o discurso do aluno acerca das noções de linguagem e gramática, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso francesa (doravante AD), é nos posicionarmos com um olhar voltado para o processo histórico-discursivo e ideológico que constituiu esse discurso. Explicitaremos alguns conceitos fundamentais que nortearão esta análise: a noção de linguagem abordada será a formulada por Bakhtin (1992), para quem a “linguagem é a interação verbal entre interlocutores”, portanto dialógica e inerente às práticas sociais dos indivíduos. No que diz respeito à enunciação, considerada como o “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN, 1992, p.112), e a noção de dialogismo, podemos afirmar que todo discurso tem na sua origem o outro. Trata-se de um duplo dialogismo: do locutor em relação ao seu interlocutor e de outras enunciações históricas com as quais o discurso do locutor dialoga. Nas palavras de Bakhtin (op.cit., p.105), “(...) as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico”.

Pensando a linguagem como essencialmente dialógica, histórica e ideológica, Bakhtin afirma que a língua única serve à representação teórica dos processos históricos de unificação e centralização lingüística, das forças centrípetas da língua, mas não reproduz a linguagem viva, cotidiana, das forças centrífugas da língua. Dessa forma, ao lado das forças centrípetas caminham as forças centrífugas, uma força não se separa da outra, a língua sobrevive do encontro dessas duas forças: num embate entre a unificação e a desunificação, ou seja, entre uma força e outra. A dialogicidade da linguagem é constituída de múltiplos discursos sociais que se cruzam numa rede de várias vozes. A partir dos fundamentos teóricos de Bakhtin, depreende-se um sujeito enunciativo histórico, social e ideológico, pois se constitui na interação social que ocorre em contextos históricos e socialmente determinados.

Tendo como base o dialogismo de Bakhtin é que outros autores, a exemplo de Geraldí (1991), passam a considerar o sujeito enunciativo como heterogêneo. O discurso, por sua vez, tende a ser visto como acontecimento, sempre se relacionando com outros discursos. Na própria constituição do discurso outras vozes se fazem ouvir.

Nessa análise, especificamente, utilizaremos a noção de sujeito proposta por Foucault (2001). Sujeito enquanto função enunciativa do discurso, em que o sujeito ocupa diferentes posições enunciativas, ou seja, fala de um lugar e de uma posição determinada pelo lugar que ocupa na sociedade. A noção de discurso que será contemplada é a de discurso enquanto “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2001, p.63). Para que o discurso aconteça necessita de condições de produção: fundamentalmente, o sujeito e a situação. Também faz parte da produção do discurso a “memória discursiva”, “redes de memória” para Pêcheux (2002, p.54), que corresponde à noção de interdiscurso, definido por Orlandi (2000, p.31) como

---

<sup>\*</sup> Professora da UFAC/ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UFPB.

<sup>\*\*</sup> Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. da Universidade Federal da Paraíba.

aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Dessa forma, é o interdiscurso que vai determinar o intradiscurso, ou seja, a formulação do dizer.

A partir desses princípios teóricos, tentaremos construir nossa análise escutando/lendo o discurso do aluno. Na verdade, trabalharemos com a desconstrução do discurso para compreender os sentidos contidos nele, ou seja, tentaremos escutar no dito o não dito, mas que foi dito em outro lugar, levando em conta a relação que se estabelece entre um discurso e outro. Segundo Orlandi (2001, p.60), “com esta escuta o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de ‘suas’ palavras”.

Para que o leitor entenda melhor esta análise, explicitaremos agora como o *corpus* foi constituído. A coleta de dados ocorreu em duas Universidades; na UFAC, em 2000, e na UFPB, em 2002, com alunos do 1º período do curso de Letras, no primeiro dia de aula. O objetivo é verificar o conhecimento de língua portuguesa que estes alunos trazem do ensino fundamental e médio. Para tanto, aplicamos um teste de sondagem com cinco perguntas básicas sobre o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa, dentre as quais duas sobre gramática: “*Que tipos de gramática você conhece?*” e “*O que você entende por gramática e qual a sua função?*”.

Vale esclarecer, ainda, que esses discursos/respostas foram produzidos em uma situação específica – o contexto de sala de aula –, com um sujeito falando de um lugar sócio-historicamente determinado – do lugar de aluno. Foi dessa posição que o indivíduo, ocupando sua função-sujeito, construiu seu discurso.

Nessas reflexões acerca das noções de gramática e, conseqüentemente, de linguagem, encontramos, basicamente, três concepções reconhecidas, aceitas e legitimadas pelos estudiosos da linguagem. São essas concepções subjacentes a propostas pedagógicas que orientam e determinam o ensino de Língua Portuguesa.

Aproximadamente até os anos 50, no ensino de Língua Portuguesa, prevaleceu a concepção de **linguagem como expressão do pensamento**. Fundamentalmente, é esta concepção que ilumina os estudos tradicionais e, grosso modo, corresponde à noção de *gramática normativa ou prescritiva*, concebida por Franchi (1991, p. 48) como “conjunto sistemático de normas para **bem falar e escrever**, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores”, e à de língua como *sistema*. Essa noção privilegia a escrita e apenas uma variedade lingüística: *a norma padrão culta*, variedade de prestígio na sociedade.

Nos anos 60, houve mudanças radicais na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no ensino de Língua Portuguesa: a democratização do ensino é plenamente implantada nas escolas, com isso a clientela passa a ser outra, a camada popular passa a ter acesso à escola. Além disso, como a expansão industrial – desenvolvimento do capitalismo – demandava recursos humanos, coube à escola a função de suprir essa necessidade, daí a implantação dos cursos profissionalizantes no 2º grau. Com isso, muda a concepção de ensino de Língua Portuguesa; antes o ensino era orientado por uma concepção de língua como *sistema*, nessa nova perspectiva de ensino a língua passa a ser vista como *código*, como mero instrumento de comunicação. Soares (1998, p.57) afirma que

se a concepção de língua como sistema era adequada a um ensino de português dirigido a alunos das camadas privilegiadas, em condições sociopolíticas em que cabia à escola atender a essas camadas, ela torna-se inadequada a um ensino de português dirigido a alunos das camadas populares, aos quais a escola passa a também servir, em condições sociopolíticas em que é imposto um caráter instrumental e utilitário ao ensino da língua.

A concepção de língua, então, que orienta essa “nova” perspectiva de ensino – a de **língua como instrumento de comunicação** – decorre da teoria da comunicação e do estruturalismo, corrente lingüística em voga na época. A noção de gramática que corresponde a essa concepção é a de *gramática descritiva*, definida por Franchi (1991, p.52) como “um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical”.

A partir da segunda metade dos anos 80, surgem novos fatos que novamente redirecionam o ensino de Língua Portuguesa: redemocratização do país; estudos nas Universidades de novas correntes lingüísticas – Sociolingüística, Psicolingüística, Lingüística Textual, Pragmática, Análise de Discurso e outras – todas ligadas à *lingüística da enunciação ou do discurso*. Obviamente, temos nova concepção de linguagem, de gramática e de língua. A linguagem passa a ser vista como um lugar de interação humana, social, como **forma ou processo de interação**.

Nessa nova concepção de linguagem em que a situação de interação comunicativa entre os usuários determina o uso da língua, temos a valorização da **gramática internalizada**, ou seja, – “conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (TRAVAGLIA, 1997, p.28). Segundo Soares (1998, p.59), “uma concepção que vê a língua como enunciação, discurso, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização”. É esta concepção de língua como enunciação, como discurso, que ocasiona mudanças no ensino atual de língua portuguesa, rejeitando a noção de língua, exclusivamente, como sistema ou como código.

Resumidamente, podemos dizer que a noção de língua enquanto sistema e enquanto código sugere um ensino de língua portuguesa centrado na frase, e a noção de língua como enunciação, discurso, um ensino centrado no texto, já que considera além dos usuários, o contexto situacional, ou seja, as circunstâncias em que os discursos foram produzidos. Embora, efetivamente, pesquisas, dentre as quais Sousa (2002), Lajolo (1993:1982), Neves, (2002), revelem que o texto é usado, na escola, como pretexto para atividades gramaticais ou outras atividades, como, por exemplo, estudo de vocabulário; compreensão de texto, buscando o que o texto diz e não como o texto se produziu ou como produz sentidos.

Entretanto, na história da instituição escolar brasileira, o fato que mais contribuiu para que houvesse um redirecionamento no ensino de Língua Portuguesa, como dito antes, foi a democratização do ensino. Se antes tínhamos uma clientela privilegiada, com razoável domínio da variedade culta, em que a escola era praticamente uma extensão da língua usada por esses alunos no meio familiar e social, depois da democratização do ensino a clientela passou a ser outra, vinda das mais diversas camadas sociais. A presença dessa nova clientela torna mais visível no próprio

interior da escola a diversidade lingüística, contrapondo-se ao discurso da instituição de uma língua portuguesa única e homogênea.

A partir de então, o lema passou a ser *escola para todos*. Com isso, a clientela aumentou consideravelmente e, para atender essa demanda tão diversificada, muda também a função do professor, que passou a ser a de um mero repassador de conhecimentos, às vezes, sem sequer dominar o conteúdo. Dessa forma, além das gramáticas e dos dicionários, surgiu um novo instrumento de trabalho para orientar o professor – o livro didático. Este instrumento foi tão bem aceito que até hoje é como se fosse uma “bíblia” para o professor que, de modo geral, segue passo a passo as suas orientações. Conforme Sousa (2002, p. 18), “o conteúdo de ensino, a gradação e progressão dadas a esse conteúdo são, de antemão, determinados”, restando ao professor, simplesmente, transmiti-lo e controlar o tempo das atividades propostas.

Pela “praticidade” e aceitação do livro didático nas escolas, o mercado editorial se proliferou e hoje temos um número muito grande de autores de livros didáticos. Escolhemos dentro deste vasto acervo de gramáticas – consideradas didáticas/pedagógicas e destinadas ao estudo da Língua Portuguesa, principalmente, no ensino fundamental e médio – duas: uma de Pasquale & Ulisses e outra de Sacconi, para verificar a noção de gramática que adotam.

Pasquale publica em co-edição com Ulisses, em 1998, *Gramática da língua portuguesa*, definindo gramática como

uma palavra de origem grega formada a partir de grámma, que quer dizer “letra”. Originalmente, Gramática era o nome das técnicas de escrita e leitura. Posteriormente, passou a designar o conjunto das regras que garantem o uso modelar da língua – a chamada **Gramática normativa**, que estabelece padrões de certo e errado para as formas do idioma. Gramática também é, atualmente, a descrição científica do funcionamento de uma língua. Nesse caso, é chamada de **Gramática descritiva**.

A Gramática normativa estabelece a **norma culta**, ou seja, o padrão lingüístico que socialmente é considerado modelar e é adotado para ensino nas escolas e para a redação dos documentos oficiais.

Há línguas que não têm forma escrita, como algumas línguas indígenas brasileiras. Nesses casos, o conhecimento lingüístico é transmitido oralmente. As línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, necessitam da Gramática normativa para que se garanta a existência de um padrão lingüístico uniforme no qual se registre a produção cultural. Conhecer a norma culta é, portanto, uma forma de ter acesso a essa produção cultural e à linguagem oficial.(op.cit., p.16).

A partir da definição dada, percebemos que os autores defendem a necessidade de uma gramática normativa para garantir a manutenção de “um padrão lingüístico uniforme no qual se registre a produção cultural” (Idem). Fica claro que para esses autores a gramática que deve ser ensinada nas escolas é a normativa, ou seja, a “que estabelece padrões de certo e errado para as formas do idioma”. (Idem).

Sacconi em sua *Nossa Gramática: teoria e prática*, de 1997, define gramática como “estudo das normas da língua culta”, diz ainda que:

A norma culta, forma lingüística que todo povo civilizado possui, é a que assegura a unidade da língua nacional. É justamente em nome dessa unidade, tão importante do ponto de vista político-cultural, que é ensinada nas escolas e difundida nas gramáticas.(op.cit., p. 8).

Esse autor, assim como Pasquale e Ulisses, mantém a posição de unidade da língua e do ensino da gramática normativa nas escolas, o ensino da forma lingüística de todo povo civilizado.

Pela concepção de gramática veiculada por esses autores nas gramáticas consideradas didáticas, percebemos que, sem ignorar a diversidade lingüística, defendem a unificação da língua e o ensino de gramática normativa nas escolas.

Nesse percurso histórico de construção de um dizer sobre os estudos lingüísticos constituído, basicamente, pela relação entre unidade e diversidade lingüística, ou no dizer de Bakhtin, pela relação entre as forças centrípetas e as forças centrífugas da língua, verificaremos, agora, o que o aluno diz acerca das noções de gramática e do seu ensino nas escolas. É interessante registrarmos, já a partir deste momento, que a maioria dos alunos se coloca/posiciona nesse dizer da tradição. A essa pergunta feita sobre gramática “*Que tipos de gramática você conhece?*”, os alunos responderam:

(1)

- “*A Gramática tradicional, aquela que costuma ser ensinada nas escolas de ensino médio e fundamental*”.
- “*A gramática normativa*”
- “*Conheço a gramática normativa, a qual descreve as normas culta da língua falada e escrita*”.
- “*Gramática normativa da língua portuguesa*”
- “*Com relação à gramática da língua portuguesa, conheço apenas a gramática normativa, que trata do estudo de nossa língua de acordo com a norma culta adotada pela ABL (Academia Brasileira de Letras)*”.
- “*Normativa*”.

Respondendo a essa mesma pergunta, alguns alunos citaram os títulos das gramáticas e/ou os autores que conheciam, aos quais tiveram acesso durante sua vida escolar no ensino fundamental e médio. Vejamos o que disseram:

(2)

- “*Celso Pedro Lufit e outras*”. (sic)
- “*Curso Prático de Português. Luiz Agostinho Cadore e outras*”
- “*Celso Cunha e outras*”
- “*A dos autores Faraco & Moura, no ginásio estudei em um livro chamado Reflexão e Ação*”.
- “*Gramática, literatura e redação (Ernani e Nicola)*”
- “*Luiz Antonio Saconi (G. Especial ilustrada)*” (sic)

Pelo que conhecemos, todos os títulos e autores citados pelos alunos fazem parte do acervo dos livros didáticos utilizados no ensino fundamental e médio. Atualmente, na elaboração dos livros didáticos, os autores procuram trabalhar, além da linguagem verbal a não-verbal, a oralidade e a escrita, mostrando a diversidade lingüística, mas priorizam a norma culta na sua forma escrita, ou seja, a unificação da língua. Podemos comprovar isso com as respostas anteriores, quando os alunos optaram em falar da

gramática e não de autores e títulos. Quando o aluno diz “*A Gramática tradicional, aquela que costuma ser ensinada nas escolas de ensino médio e fundamental*” ou “*(...) conheço apenas a gramática normativa(...)*” revela o discurso da instituição escolar, ou seja, no ensino de Língua Portuguesa enfatiza-se a gramática normativa. Além disso, as concepções de gramática dos autores dos livros didáticos que citamos anteriormente revelam a manutenção da unidade lingüística no ensino escolar, privilegiando-se a gramática normativa.

A outra pergunta feita para os alunos sobre gramática foi: “*O que você entende por gramática e qual a sua função?*”. As respostas a essa pergunta também parece que revelam a posição de manter a unidade da língua. Vejamos algumas respostas:

(3)

- “*Um conjunto de regras que serve para nortear o uso da língua de forma que uniformize e facilite o entendimento da mesma*”. (sic)
- “*É a linguagem correta. Funciona para que as pessoas tenham acesso ao uso da língua correta*”..
- “*Gramática é a maneira correta de empregar as classes de palavras e tem por função mostrar como a língua portuguesa deve ser utilizada*”.
- “*é uma forma de conhecimento e sua função é corrigir erros, mostrando o certo*”.
- “*(...) no meu ponto de vista a palavra gramática refere-se ao conjunto de normas e regras e exceções que regem a linguagem culta da língua portuguesa*”.
- “*É uma seqüência de regras. Ajudar na aprendizagem*”.

Depreende-se destas respostas a noção de gramática como “conjunto de regras que devem ser seguidas (...) definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. (...) esses compêndios se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a falar e escrever **corretamente**” (POSSENTI, 2001, p.64).

Dessa forma, as respostas apresentadas pelos alunos revelam o discurso veiculado pela tradição escolar, um discurso autorizado, com base na gramática normativa e na norma culta da língua. Assim, ter o domínio das regras da gramática normativa é ter a possibilidade de falar e escrever bem. Para o aluno, a gramática normativa é “*Um conjunto de regras que serve para nortear o uso da língua (...)*” e tem por função ensinar a maneira culta, considerada a “certa”. Nas palavras do aluno, “*É a linguagem correta. Funciona para que as pessoas tenham acesso ao uso da língua correta*”; “*(...) tem por função mostrar como a língua portuguesa deve ser utilizada*”. Enfim, compreende-se através dessas respostas que a gramática normativa é para o aluno a única garantia para falar e escrever corretamente. Essa perspectiva revela uma crença na unidade e uniformidade da língua, circunscrita ao enquadramento de regras e normas da gramática normativa.

Vale ressaltar que, atualmente, no ensino de Língua Portuguesa, os professores procuram trabalhar a diversidade lingüística, os próprios livros didáticos exploram outras variedades da língua, além da norma culta, mas, pelas respostas dos alunos, ou os professores enfatizam o ensino da gramática normativa ou os alunos parecem registrar e querer aprender essa variedade. Isso não seria estranho, visto que a norma culta é a variedade de prestígio e reconhecimento social.

Em algumas respostas os alunos se referem à gramática como um instrumento, um texto de consulta. Vejamos como o aluno se posiciona a esse respeito:

(4)

- “**É um livro** que serve para aprender e aperfeiçoar a linguagem de uma língua”.
- “Entendo que **a gramática é um livro** onde procuramos aprender palavras novas e tirar dúvidas. A função é nos mostrar o meio correto da leitura e da escrita”.
- “**É o instrumento mais preciso** para o estudo da língua portuguesa principalmente na sua forma escrita ela **serve para guiar**, orientando a qualquer pessoa que queira se aprofundar ou apenas ter conhecimentos mais convicto”. (sic)
- “(...) **esse livro e um método de pesquisa** que usamos para nos reciclar”. (sic)
- “Gramática é o agrupamento de significados e **sua função e de orientar, tirar dúvidas**”. (sic)

Pelas respostas, depreende-se que para os alunos a gramática é um livro, onde se tem por escrito todas as normas e regras sistematizadas, é um suporte para a aprendizagem, pois é uma obra de consulta que tem por função ensinar: “*serve para guiar*”; “*sua função e de orientar, tirar dúvidas*”. Sendo assim, é esse livro chamado gramática, com suas normas e regras, que procura manter a língua sempre igual. É essa gramática que sustenta a uniformidade da língua, garantindo a unidade lingüística. Tanto é que o aluno se refere à gramática como “*esse livro é um método de pesquisa*”; para o aluno, a gramática é um livro de pesquisa, para consulta, para tirar dúvidas.

Já em outras respostas, os alunos vêem a gramática como uma disciplina escolar, uma matéria a ser ensinada. Vejamos alguns exemplos:

(5)

- “*É a parte da Língua Portuguesa que estuda a linguagem de maneira normativa, seguindo conceitos e regras determinadas pela NGB (...)*”.
- “*Gramática é a parte da Língua Portuguesa que estuda toda a parte da Fonética e Grafia. Tem como função: Ampliar os conhecimentos na língua Portuguesa; Por ser de total importância para a compreensão de qualquer outro assunto, a gramática é fundamental*”. (sic)
- “*A gramática é a parte da língua que estuda as regras gerais e todo o grupo de determinações que a mesma pede para ser bem capitada e utilizada*”. (sic)
- “*É a parte da língua portuguesa responsável pela escrita. Apresentar a forma correta na construção de palavras e frases*”. (sic)
- “*Gramática é a base da língua portuguesa. Com o aprofundamento gramatical é possível nos comunicarmos de maneira correta*”. (sic)

Esse posicionamento dos alunos acerca do entendimento do que seja gramática e qual a sua função parece revelar o modo como as escolas de ensino médio estão direcionando o ensino de Língua Portuguesa.

Atualmente, a disciplina Língua Portuguesa está sendo ministrada de forma segmentada – gramática, literatura, redação –, na maioria das vezes, com um professor responsável por cada segmento. O objetivo é o de preparar bem o estudante, particularmente, para o exame vestibular. Isso faz com que o aluno entenda a gramática como uma parte do ensino de Língua Portuguesa que deve ser trabalhada isoladamente para servir de base para as outras partes. “*Gramática é a base da língua portuguesa*”. Ora, o entendimento parece ser este: se o aluno domina bem as regras gramaticais vai “se dar bem” em redação e em compreensão de texto (literatura). A resposta a seguir

parece que comprova esse entendimento: “*Tem como função: Ampliar os conhecimentos na língua Portuguesa; Por ser de total importância para a compreensão de qualquer outro assunto, a gramática é fundamental*”. (sic)

Também quando o aluno diz que gramática “*É a parte da Língua Portuguesa que estuda a linguagem de maneira normativa, seguindo conceitos e regras determinadas pela NGB*” revela que é o conteúdo da matéria gramática quem norteia o conteúdo das outras duas matérias – redação e literatura. Pois é na aula de gramática que se aprendem as normas e as regras da disciplina Língua Portuguesa, ou seja, a forma correta de falar e escrever e de entender os autores. Essa parte da Língua Portuguesa “*que estuda as regras gerais e todo o grupo de determinações que a mesma pede para ser bem capitada e utilizada*”. (sic) garante a uniformidade da língua. Mais uma vez o dizer dos alunos revela o discurso da instituição escolar, ou seja, o entendimento de que o ensino da gramática é a garantia para a manutenção da unidade lingüística, representada pela aquisição da norma culta.

Podemos sintetizar essa análise das posições assumidas pelos alunos acerca das noções de gramática da seguinte maneira:

- 1) Conjunto de regras que devem ser seguidas para se falar e escrever corretamente;
- 2) Gramática como um livro de consulta;
- 3) Gramática como disciplina/matéria escolar.

A partir das respostas dos alunos, depreende-se que o conhecimento que têm de gramática, embora colocado de forma diferenciada, resume-se ao conjunto de normas e regras que regem a norma culta. Por isso, parecem buscar, na disciplina de Língua Portuguesa, o domínio da língua padrão, privilegiada pela sociedade. Para eles, quem garante essa competência é a gramática normativa, seja através do estudo, em sala de aula, das regras que devem ser seguidas, seja através da consulta/pesquisa ao livro que contém as regras – gramáticas –, o importante é ter acesso à norma culta. Conforme resume o aluno: “*É a linguagem correta. Funciona para que as pessoas tenham acesso ao uso da língua correta*”. Ora, quem quer usar uma língua desprestigiada? Os alunos acertadamente não querem ficar de fora da “ordem do discurso”, para lembrar Foucault. Não podemos esquecer que o uso incorreto da língua – aquele que não obedece aos parâmetros da norma culta – também discrimina os sujeitos.

Dessa forma, o discurso do aluno converge para um ponto comum – é preciso dominar as regras e as normas da gramática normativa porque ela é a única considerada correta. Se o discurso do aluno revela isso é porque está sendo sustentado por um outro discurso – o da instituição escolar. Percebe-se, portanto, no discurso do aluno, que não é exclusivamente seu, que outras vozes se fazem presentes.

Pensando sobre a questão da predominância do ensino de norma culta na escola, cabe uma reflexão: Se o aluno, principalmente os da camada social menos privilegiada, não tiver acesso à norma culta na escola, onde mais poderá ter? Segundo Neves (2002, p. 231), “não há dúvida de que é papel da escola prover para seus alunos a formação necessária para que eles sejam usuários da língua no padrão necessário à ocupação de posições minimamente situadas na escala social”.

Obviamente, este trabalho deverá ser feito com cuidado pela escola, uma vez que a variedade lingüística, dominada pelo aluno e trazida para a escola, deverá ser respeitada, pois “nenhum registro lingüístico é melhor ou pior do que outro, embora haja registros pouco prestigiados, e que só são adequados e eficientes em tipos reduzidos de situações” (NEVES, 2002, p. 231).

Sendo assim, cabe ao professor dosar esse saber metalingüístico necessário para que o aluno tenha acesso à norma padrão da língua e o saber lingüístico que todo falante de uma língua possui. O fato é que existe a crença – correta ou não, mas validada pela própria sociedade – de que todo cidadão precisa ter o mínimo de conhecimento da modalidade culta da língua para se relacionar bem em sociedade. No dizer do aluno “*A gramática atua na língua portuguesa como **forma de ter por escrito todas as normas e regras** necessárias para manter a língua num patamar de igualdade. Para que no futuro não caia o desempenho da linguagem*”, com esta resposta parece que o aluno nos diz que é função da gramática conter a babel da diversidade lingüística, manter a língua portuguesa única, sempre igual a si mesma e, ao mesmo tempo, a única digna de receber esse nome.

## REFERÊNCIAS

- BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP, Hucitec, 1993.
- FRANCHI, Carlos. Mas o que é mesmo “Gramática”? IN: LOPES, Harry Vieira *et al* (org.) **Língua Portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade**. São Paulo, Secretaria da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LAJOLO, Marisa, O texto não é pretexto. IN: ZILBERMAN, Regina. **Leitura em crise na escola; as alternativas do professor**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Gramática na escola**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.
- PASQUALI & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática**: Teoria e Prática. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1997.

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa. (org.) **Língua portuguesa. História, Perspectivas, Ensino**. São Paulo: EDUC, 1998.

SOUSA, Maria Ester Vieira de. **As surpresas do previsível no discurso de sala de aula**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gramática ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.